Artigo 5º da Constituição Federal de 1988

Direitos e Garantias Fundamentais em Perspectiva

Prof. Gledison Araujo

Importância do Artigo 5º

O Artigo 5º da CF/88 é o cerne da proteção individual no Brasil, estabelecendo os pilares do Estado

Igualdade Legal

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza."

Direitos Essenciais

Garante o direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

Fundamento Jurídico

Serve como base inegociável, influenciando e balizando **todos** os ramos do Direito brasileiro.

Dispositivos do Artigo 5º no Direito Civil

O Direito Civil, que rege as relações privadas, encontra na Constituição a salvaguarda dos direitos da personalidade e da propriedade.

Direitos da Personalidade (X)

Proteção da vida privada, honra, imagem e intimidade. Essencial para ações de danos morais.

Propriedade (XXII e XXIII)

Direito à propriedade, condicionado sempre à sua **função social**, equilibrando o interesse individual e o coletivo.

Liberdade de Associação

Garante a livre associação e reunião (Incisos XVI, XVII, XVIII), fundamental para a criação de pessoas jurídicas (associações, fundações).

Inviolabilidade de Domicílio (XI)

Proteção contra a invasão de domicílio sem as devidas permissões ou ordem judicial, exceto em casos de flagrante delito.

Prof. Gledison Araujo

Dispositivos do Artigo 5º no Processo Civil

Os princípios constitucionais garantem que as disputas civis sejam resolvidas de forma justa

1

Devido Processo Legal (LIV)

Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, assegurando a formalidade e legitimidade dos atos jurídicos.

2

Contraditório e Ampla Defesa (LV)

Garante o direito de se manifestar e produzir provas em todo e processo judicial ou administrativo.

3

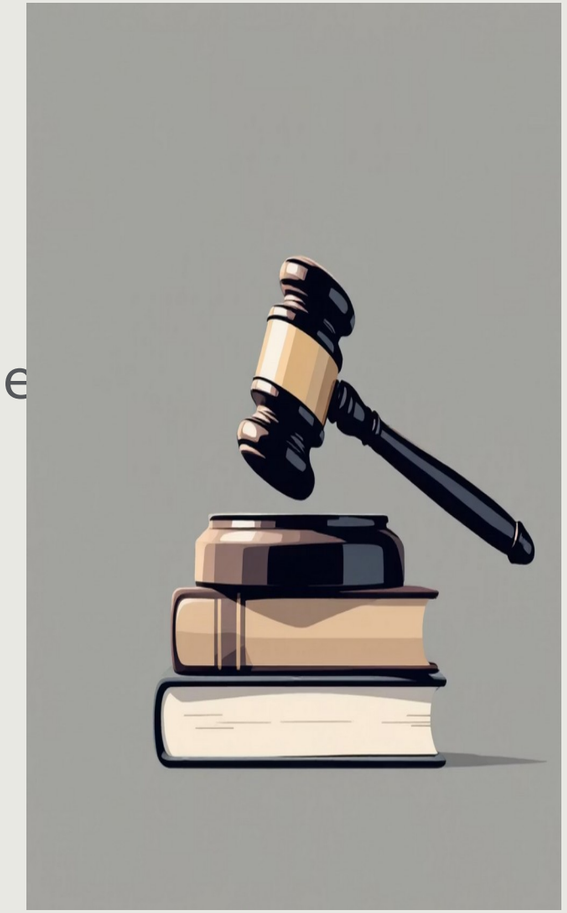
Juiz Natural (XXXVII)

Proíbe tribunais ou juízos de exceção, assegurando que o cidadão seja julgado pela autoridade competente e preestabelecida.

4

Assistência Jurídica (LXXIV)

O Estado deve prover assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, garantindo o acesso à justiça para todos.



Direito Penal: Limites Constitucionais à Punição

O Direito Penal é rigidamente limitado pela Constituição, focando na dignidade humana e n

Legalidade Estrita (XXXIX)

"Não há crime sem lei anterior que o defina," garantindo segurança jurídica e proibindo a retroatividade da lei penal (exceto se benéfica).

Proibição de Tortura (III)

Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, um princípio de valor absoluto.

Presunção de Inocência (LVII)

Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Processo Penal: Proteção do Acusado

As normas processuais penais visam assegurar um julgamento justo, mesmo diante da acu

Direito ao Silêncio (LXIII)

O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado e de ter assistência da família e de advogado.

Comunicação da Prisão (LXV)

A prisão ilegal deve ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária e comunicada à família e ao juiz.

Habeas Corpus (LXVIII)

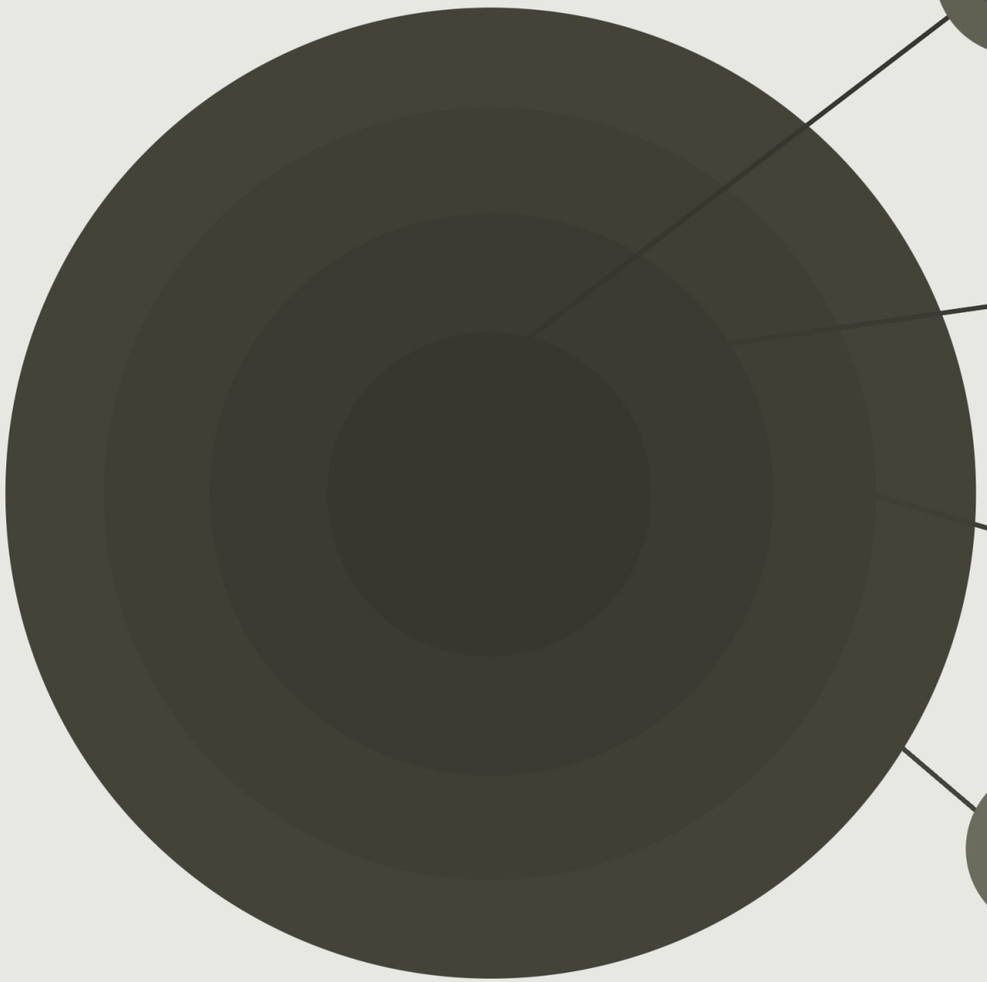
Concessão imediata sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Provas Ilícitas (LVI)

São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, garantindo a lisura do procedimento.

A Constituição como Fundamento do Direito Brasileiro

O Artigo 5º não é apenas uma lista de direitos; é a **pedra angular** que define a legitimidade de todo o sistema jurídico.



Constituição (CF/88)
Fundamento e pedra angular.

Leis Infraconstitucionais
Códigos civil, penal e processual

Normas Complementares
Leis ordinárias e medidas provis

Artigo 5º
Base: direitos fundamentais e limites ao

Prof. Gledison Araujo

Relação Intrínseca entre Constituição e Ramos do Direito

A Constituição não apenas convive com os ramos do Direito, mas os **permeia**, estabelecendo os valores e limites de cada área.

Direito Civil

Regula relações privadas (contratos, família, propriedade) com base na **dignidade da pessoa humana** e solidariedade social.

Processo Penal

Garante o **contraditório** e a **ampla defesa** ao acusado, proibindo provas ilícitas e prisões arbitrárias.

Processo Civil

Assegura que a solução de conflitos seja justa, efetiva e acessível, garantindo o **devido processo legal**.

Direito Penal

Define crimes e penas, respeitando a **legalidade estrita**, humanidade das penas e proibição de tratamento cruel.

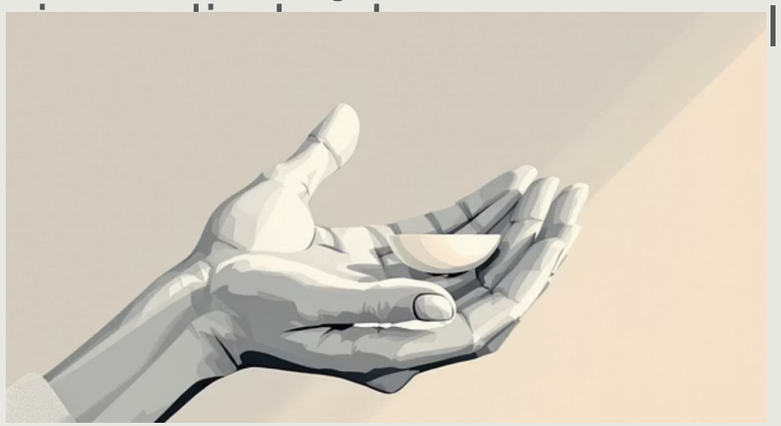
Impacto Prático do Artigo 5º no Quotidiano

A defesa dos direitos fundamentais se manifesta em ações concretas que protegem a liberdade e a justiça social.

Habeas Corpus

Contra Prisões ArbitráFrias

O Habeas Corpus (HC) é uma defesa imediata da liberdade de locomoção,



Função Social

Propriedade Social

O princípio da função social limita o uso egoísta da propriedade, beneficiando a

Ampla Defesa

Julgamento Justo

A Ampla Defesa garante que todos os lados sejam ouvidos e representados, d
e

Liberdade de Expressão

Debate Democrático

A Liberdade de Expressão protege a crítica e a manifestação de ideias, essenciais